

# ANÁLISE DE OCORRÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO NAS ATIVIDADES PRÁTICAS DO CURSO DE TÉCNICO AGROPECUÁRIO

Edson Suzuki

**Etec Orlando Quagliato**

André Salandin

**Etec Orlando Quagliato**

Francis Pegorer Godoi

**Etec Orlando Quagliato**

edson.suzuki01@etec.sp.gov.br

**Resumo:** A participação de alunas nos cursos técnicos em agropecuária vem aumentando acompanhando a maior participação das mulheres no agronegócio, principalmente nas atividades administrativas e tomadas de decisão. Diante do histórico preconceito contra as mulheres no meio rural com as atividades práticas o objetivo deste trabalho foi avaliar através de questionários aplicados anonimamente via grupos de alunos pelo WhatsApp, e posteriormente, em entrevista com garotas representantes de cada sala e ano letivo. Esta unidade apresentou 20% de alunos que sofreram preconceito ou discriminação, sendo que entre as garotas a ocorrência aumenta para 25%; o ato discriminatório ocorre em 76% das vezes entre os colegas de escola, entre os meninos 52% relatam que o motivo foi falta de experiência e entre as meninas 28% relatam a falta de força e 24% a discriminação por gênero, que são motivos relacionados. Estes resultados revelam que nesta unidade escolar ocorre discriminação e preconceito durante as atividades práticas das aulas técnicas, independente do gênero, sendo maior no gênero feminino. Estas atitudes prejudicam a formação técnica dos futuros profissionais, e diante destes resultados ações de inclusão e empatia poderiam ser adotadas nas instituições de ensinos técnicos agropecuários.

**Palavras chaves:** técnico; agropecuária; feminino; educação

## Introdução

A importância da mulher dentro do mercado de trabalho vem crescendo e conquistando seu espaço. As conquistas femininas remontam o século XIX, com o movimento sufragista onde as mulheres reivindicavam o direito ao voto e ingresso ao mercado de trabalho. Historicamente as conquistas feministas são questionadas, Campagnolo (2019) em seu livro apresenta documentos que comprovam que as mulheres não eram impedidas de exercerem trabalho pesados, no sentido literal e no sentido de responsabilidade, mas sim, poupadas. As mulheres eram poupadas de servirem o exército e de responsabilidade políticas/legal. Esta realidade foi predominante no Brasil por várias gerações, e ainda é uma realidade principalmente nas famílias que moram e trabalham no campo. O IBGE de 2006 quando compararam a participação de homens e mulheres no Brasil (tabela 1):

Tabela 1: Participação de homens e mulheres no Brasil

Descrição	Homens	Mulheres
<b>Dirigem o estabelecimento</b>	<b>87,26</b>	<b>12,74%</b>
<b>Não sabem ler</b>	23,6%	31%
<b>Ensino Fundamental Incompleto</b>	43%	37,38%
<b>Ensino Fundamental Completo</b>	8,6%	7%
<b>Ensino Médio Técnico Agropecuário</b>	1,4%	0,9%
<b>Ensino Médio Completo Outro</b>	5,9%	6,1%
<b>Eng. Agrônomo(a)</b>	0,3%	0,05%
<b>Veterinário(a)</b>	0,1%	0,04%
<b>Zootecnista</b>	0,03%	0,013%
<b>Eng. Florestal</b>	0,02%	0,0046%

<b>Outro</b>	2,3%	2,7%
<b>Total Ensino Superior</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,8%</b>

Fonte: IBGE (2006).

Menezes e Bock (2022), desenvolveram um estudo entre novembro de 2021 a janeiro de 2022 em que foram entrevistadas 5103 mulheres de 461 municípios e apresentaram os resultados: 86% das mulheres moram na propriedade da agricultura familiar, 53% com idade de 50 anos ou mais, com ensino fundamental incompleto (45%), brancas e casadas. Quanto ao trabalho doméstico é reponsabilidade das mulheres (80 a 90%) contra apenas 4% dos homens, os cuidados com as crianças 56% de mulheres contra 36% dos homens e atenção as atividades escolares 62% contra 17%. Conserto da casa e conservação os homens superam as mulheres em 72% contra 17%, mas as atividades externas relacionadas a gestão, como pagamentos de contas, são de forma quase igualitária, com 56% para os homens. O mais importante deste levantamento é que nas tomadas de decisões domésticas as mulheres decidem em 97% das vezes, investimento e produção 80% e nas compras relacionadas a produção 50% (EMATER-RS, 2022).

Analisando os dados do censo agropecuário (IBGE, 2017) as mulheres participam junto com o marido em 20,3% das propriedades rurais e em 18,7% são as responsáveis pelas decisões de gestão da propriedade. A participação das mulheres é maior em propriedades menores, de 1 a 50 hectares, com concentração maior nas regiões Nordeste e Norte, com destaques para os estados da Bahia e Pernambuco, onde são responsáveis pela gestão de mais de 25% das propriedades. Com relação as idades destas mulheres há uma concentração de 44% dos estabelecimentos entre 45 e 64 anos, demonstrando uma necessidade e oportunidade para renovação das gestoras. Atualmente 18% e 12% dos estabelecimentos são geridos por mulheres entre 35 e 44 e; 25 e 34 anos, respectivamente.

Em publicação de edição especial pelo CEPEA “Mulheres no Agronegócio” (2018) analisando dados evolutivos de 2004 a 2015, encontramos informações relevantes sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres. A participação feminina se concentra na agroindústria (34,11%), com destaque para produção de alimentos e bebidas, e agrosserviços (45,32%), enquanto entre os homens, se concentram na agropecuária. As mulheres que atuam dentro da porteira (19,66%) se concentram nas atividades hortifruticultura, aves, grãos e bovinos leiteiros. Pesquisa realizada no RS apresentada em 2022 sobre perfil das mulheres rurais do RS reforçam a atuação das mulheres na agroindústria, bovinocultura de leite e olericultura, com participação muito forte, e um dado importante é que 88% das mulheres gaúchas consideram que contribuem com mais da metade da renda familiar (EMATER-RS, 2022).

Em uma pesquisa de amostragem mais restrita e direcionada para um público de maior escolaridade apresentado pelo site Agroligadas (2021) entrevistando 408 mulheres em todo território nacional demonstra que as mulheres possuem em média 40 anos, atuam há 15 anos no setor e moram em centros urbanos, apresentaram os resultados: 69% são proprietárias ou arrendatárias; 17% atuam como diretoras, gerentes ou administradoras; 16% como empregadas ou supervisoras; 15% veterinárias, agrônomas ou zootecnistas; 63% moram em área urbana; 34% moram na zona rural. Neste nível de ocupação a grande maioria são realizadas (97%), reconhecidas (77%), se sentem ouvidas (72%) e tomam decisões produtivas (68%), mas 64% delas ainda relatam desigualdade de gênero (AGROLIGADAS, 2022)

Portanto este trabalho deseja identificar a ocorrência de preconceito ou discriminação nas atividades práticas de ensino e formação do técnico em agropecuária, e assim, melhorar a formação feminina nesta escola agrícola do Centro Paula Souza fazendo um levantamento dos gargalos dentro do ambiente escolar que, possivelmente, reduzem as possibilidades de aprendizado das alunas.

### Metodologia

Foi aplicado um questionário qualitativo para coletar respostas com os alunos sobre liberdade, durante as aulas e atividades práticas, de atuarem em qualquer atividade, mesmo aquelas que exigem força física, e se em algum momento sofreram preconceito durante as atividades.

Fase 1: pesquisa com questionário qualitativo;

Fase 2: debate e mesa redonda.

### Resultados e discussão

Nos dias 19 e 20 de outubro de 2022 foi disponibilizado um questionário via forms, distribuído nos grupos das salas do aplicativo WhatsApp. E na sexta-feira, dia 21, foram coletadas 102 respostas. As respostas foram analisadas separadas em grupos: geral, masculino e feminino. As 102 respostas apresentaram os resultados por gênero: 50 respostas masculinas e 52 respostas femininas.

A tabela 2 mostra o resultado em porcentagem da primeira questão: Você já sofreu discriminação/preconceito em alguma atividade no curso?

Tabela 2: Resultado das respostas para a questão referente à discriminação/ preconceito.

	Geral	Masculino	Feminino
Sim	19,6%	14,0%	25,0%
Não	80,4%	86,0%	75,0%

Fonte: autoria própria.

As respostas demonstraram que existe uma parcela significativa de 20% que sofrem preconceito nas atividades, sendo mais intenso entre as meninas, 25%, que entre os meninos, 14%. Estas respostas confirmam que as meninas sofrem mais discriminação nas atividades práticas dentro da escola.

A segunda pergunta foi: A discriminação foi praticada por: (tabela 3).

Tabela 3: Responsável pela discriminação.

	Geral	Masculino	Feminino
Colegas da escola	76,0%	77,0%	75,0%
Professor	24,0%	23,0%	25,0%
Funcionários	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: autoria própria.

As respostas desta questão demonstram que independente do gênero a grande maioria dos atos de preconceito/discriminação é praticada por colegas.

A terceira questão foi: Você julga que o preconceito/discriminação ocorreu devido: (tabela 4).

Tabela 4: Motivação do preconceito/ discriminação.

	Geral	Masculino	Feminino
Falta de experiência	34,0%	52,0%	16,0%
Idade	28,0%	36,0%	20,0%
Falta de habilidade	8,0%	4,0%	12,0%
Falta de força	16,0%	4,0%	28,0%
Sexo	14,0%	4,0%	24,0%

Fonte: autoria própria.

As respostas desta questão foram reveladoras (tabela 4), pois temos grandes diferenças entre os gêneros. Entre os meninos o preconceito/discriminação, praticada principalmente entre os colegas, foi de 52% devido a falta de experiência e idade, que é uma explicação para a falta de experiência, que nos leva a concluir que os alunos dos terceiros anos praticam uma diferenciação sobre os de segundos e primeiros anos, e que, talvez, seja aceita entre os colegas, devido a hierarquia que existe até como uma cultura dentro dos colégios agrícolas.

Quando analisamos as respostas das meninas, o maior motivo foi a falta de força física, com 28% das respostas, seguido do sexo, com 24% das respostas. Estas respostas demonstram que as meninas julgam que a falta de força física, que pode ser explicada pelo sexo feminino é o maior motivo da discriminação/preconceito. Giorgino (2008) em pesquisa realizada com foco no setor Horti/fruti entrevistando 120 proprietários rurais revela que as mulheres são preteridas na contratação pois apresentam menor força física (40%), oferta menor (23%), machismo (21%) e qualificação menor (9%), sendo que a pesquisadora destaca o machismo em terceiro lugar e a ocorrência de respostas que a mulher “tem a simples função de cuidar da casa e dos filhos”. Outro fator de preferência masculina ao trabalho é a NR 31 que preconiza que mulheres não podem carregar mais de 20kg em trabalho contínuo e que mulheres gestantes não podem entrar em contato com produtos químicos, sendo unanimidade entre os entrevistados que mulheres não exercem a aplicação de insumos no trato cultural e pouca presença feminina no uso de máquinas e tratores. Esta condição também pode ser explicada por fatores culturais relatada por Campagnolo (2019), devido evolução de nossa sociedade protegendo as mulheres de atividades mais pesadas e pela aptidão feminina em trabalhos familiares, porém, não justifica este preconceito, pois as meninas conseguem, com a técnica correta, fazer as mesmas atividades que os meninos. A hierarquia cultural dos alunos veteranos sobre os mais jovens também se confirma entre as meninas.

A quarta questão foi: Em qual tipo de atividade ocorreu o preconceito/ discriminação? (tabela 5).

Tabela 5. Atividade em que ocorreu o preconceito/ discriminação.

	<b>Geral</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
Grandes animais	35,0%	33,0%	41,0%
Pequenos animais	19,0%	17,0%	18,5%
Mecanização	11,5%	5,5%	15,0%
Culturas perenes	11,5%	11,0%	11,0%
Culturas anuais	9,0%	11,0%	7,5%
Horticultura/Viveiricultura	5,0%	5,5%	3,5%
Processamento	9,0%	17,0%	3,5%

Fonte: autoria própria.

As respostas apresentadas na tabela 5, foram elucidativas em relação as respostas anteriores, pois não existe grande diferença entre os gêneros, e a maior ocorrência de preconceito/discriminação ocorreu no setor de grandes animais, que se concentra com atividades com vacas leiteiras, onde se torna necessário experiência e um pouco de força. Este resultado reforça os dados de Giorgino (2008) que relata que o maior motivo da não contratação das mulheres é pela falta de força, necessária para as atividades no setor de grandes animais. Mas estas atividades aliadas a técnica correta, conseguimos promover atividades com segurança e eficiência. Porém, muitas vezes por motivo de segurança, os alunos sem experiência e força podem ser discriminados, explicando as respostas das meninas, devido a força, e dos meninos, devido a experiência. Nesta questão, notamos que as meninas sofrem mais preconceito na quarta atividade de maior atuação entre as mulheres e a primeira atividade feminina dentro da porteira, segundo CEPEA (2018).

Diante dos dados citados e da realidade em nossa unidade de ensino notamos que os motivos de discriminação nas atividades práticas desenvolvidas corroboram os resultados relatados por Giorgino (2008) em relação aos motivos que causam a discriminação e preconceito e o mais grave é que as mulheres recebem 35% menos que os homens, sendo uma explicação é que muitas vezes a mão de obra é familiar, esposas e filhas, que não são remuneradas.

### **Conclusão**

A ocorrência de discriminação e preconceito está presente em nossa escola com 20% dos alunos no geral. A confirmação que 25% das meninas em nossa unidade de ensino sofreram discriminação nas atividades práticas é um alerta, pois representam 20 meninas em nossa escola que tem sua formação prejudicada. Em um levantamento com 8 escolas agrícolas da região temos 44,7% de participação feminina nas escolas, e se acontecer na mesma grandeza que nesta pesquisa seriam 183 meninas em nossa região. Portanto, acredito ser uma prioridade trazer este tema para ser discutido dentro de nossas unidades de ensino.

### **Referências bibliográficas**

AGROLIGADAS. Elas fazendo história, 2021. Em: <https://agroligadas.com.br/pesquisa/>, acessado em: 17 de novembro de 2022.

CAMPAGNOLO, Ana. Feminismo: Perversão e subversão. Editora: Vide Editorial. 2019.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Mulheres no Agronegócio. Piracicaba, v. 1, 2018.

EMATER-RS. Perfil das mulheres rurais do RS. Em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202203/08160438-perfil-das-mulheres-rurais-04-03.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2022.

GIORGINO, Mônica. Desmistificando a mão-de-obra. Hortifruti Brasil, jan-fev 2008. Em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/capa/desmistificando-a-mao-de-obra-feminina.aspx>. Acessado em 17 de novembro de 2022.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acessado em: 17 de novembro de 2022.

IBGE. Censo Agropecuário 2017, resultados definitivos/gênero. Em:  
[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf). Acessado em 17  
de novembro de 2022.

MENEZES, D. B.; BOCK, C. V. E. Perfil das mulheres rurais do RS. Porto Alegre : Secretaria da  
Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 67p.  
2022.